

**May 12, 1971**

**Telegram, Brazilian Embassy in Bonn, 'Relations  
Brazil/FGR. Visit of Minister Walter Scheel.'**

**Citation:**

"Telegram, Brazilian Embassy in Bonn, 'Relations Brazil/FGR. Visit of Minister Walter Scheel.'", May 12, 1971, Wilson Center Digital Archive, CPDOC Archives, PNB pn a 1968.06.15 pp. 149- 159. Obtained and translated by Fundação Getúlio Vargas. <https://wilson-center-digital-archive.dvincitest.com/document/116874>

**Summary:**

Communiqué from Amb. Paulo Nogueira Batista (Brazilian Embassy, Bonn) to Brazilian Minister of Foreign Affairs Mario Gibson Barbosa. The communiqué reports the conversation between Batista and the Vice-chancellor of West Germany, Walter Scheel (who became president in 1974), during his visit to Brazil. Recalling the existing agreement between CNEN and Ju

Illich Center for Nuclear Research, Nogueiras Batista mentioned Brazil's intention to establish an ambitious international project in the realm of nuclear cooperation, which "visibly impressed the vice chancellor" (p.151). The communiqué ends with Nogueira Batista's handwritten notes and questions concerning the capacity of the proposed plant and the possibility of a French-Brazilian-German venture.

**Credits:**

This document was made possible with support from Carnegie Corporation of New York (CCNY)

**Original Language:**

Portuguese

**Contents:**

Original Scan  
Translation - English

CÓPIA

Nº 47  
4.5.71  
PNB 1968.06.15  
pmlaS E C R E T O - U R G E N T E

EMBAIXADA EM BONN

AEO/430.1(81a)(42)  
550.(81a)Relações Brasil/RFA. Visita  
do Ministro Walter Scheel.

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência os pontos principais de minha conversa com o Ministro Walter Scheel, durante sua recente visita ao Brasil. A pedido dêle, nosso encontro, que se prolongou por hora e meia, foi realizado sem a presença de qualquer testemunha. No decorrer de nossa conversa, marcada não apenas por um espírito de cordialidade mas de aberta franqueza, tratamos de assuntos de natureza comercial, financeira, técnico-científica e política, seja em âmbito bilateral, seja no campo multilateral.

Campo comercial

2. Declarei que, embora seja satisfatório o volume do intercâmbio comercial entre os dois países, considerava dever o Brasil expandi-lo de seu lado e, principalmente, diversificar suas exportações para a Alemanha. Nesse sentido, aspirávamos a que a RFA financiasse prospecção de mercado para a entrada em seu território de novos produtos brasileiros, trabalho para o qual havíamos recebido proposta da firma Planungsgruppe Ritter, a qual parecia ser idônea e eficiente. Respondeu-me o Ministro Scheel que a Alemanha Federal tem todo o interesse em atender a este nosso

CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/2.

nosso desejo, para o que sugeriu-me fôsse a ajuda fornecida através da rubrica "cooperação técnica", ao que lhe retruquei estar de acôrdo. Combinamos que seria posteriormente concretizado entendimento a respeito.

#### Relações com a Comunidade Econômica Européia

3. Manifestei interêsse do Govêrno brasileiro no apoio da RFA ao acôrdo com a CEE que o Brasil está em vias de propor e que significará uma intensificação da cooperação mútua nos campos comercial, financeiro e técnico. Respondeu-me o Ministro Scheel que recebia, em princípio, favoravelmente essa manifestação; em consequência, daria instruções ao representante alemão junto à CEE, em Bruxelas, o Professor Dahrendorf. Disse-lhe eu, em seguida, que havíamos recebido com agrado a adoção pela CEE do sistema de preferências gerais, mas que nos preocupávamos com a possibilidade de extensão dêsse sistema a Portugal, Espanha, Israel, Turquia e Grécia, extensão essa favorecida pela RFA. Considera o Brasil injusta a equiparação para tal efeito dos países citados aos países subdesenvolvidos, membros do Grupo dos 77, de vez que os primeiros dispõem, quase todos, de vínculos especiais com a CEE e, além disso, alguns dêles dificilmente poderiam ser caracterizados como países em desenvolvimento. Meu interlocutor não me pareceu propenso a aceitar nossa posição a respeito.

#### Ajuda financeira

4. A êsse respeito declarei ao Ministro Scheel estar preocupado com a posição de seu colega de Gabinete, o Ministro da Cooperação Econômica, Senhor Eppler, segundo o qual a ajuda financeira externa deve ser "politizada". Respondeu-me que êle

CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/3.

Ele próprio se opunha a tal tendência, podendo assegurar-me que ela já se achava hoje praticamente superada. Falei-lhe então da aspiração do Brasil de uma maior participação na ajuda financeira alemã, lembrando-lhe a insuficiência da parcela atribuída à América Latina, quando somente o Brasil contribui com cerca de 400 milhões de dólares para o tesouro alemão, com impostos cobrados sobre o nosso café. Respondeu-me o meu colega alemão que o Brasil, detém, depois dos países europeus, a prioridade de investimentos privados alemães; ao que lhe retruquei não poder aceitar o argumento, uma vez que se tratava de fatores diferentes para a ajuda ao nosso desenvolvimento, embora fôsem ambos de grande importância. No que se refere à taxa sobre o nosso café (Kaffeesteuer) disse-me que ela em nada impede a expansão do consumo do produto em seu país. Propus-lhe então uma experiência, durante seis meses, sem a taxa, para ver se o consumo aumentava ou não, ao que retrucou-me não ser possível.

#### Cooperação científica e técnica

5. Reiterei ao Ministro Scheel nosso interesse em incrementar cada vez mais as relações entre os dois países nesse domínio e referi-me especialmente ao acordo de cooperação nuclear que seria firmado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de Pesquisa Nucleares de Jülich. A esse propósito, disse-lhe que devíamos pensar na possibilidade de um entendimento ambicioso em matéria de cooperação nuclear. A partir desse momento o Ministro Scheel, visivelmente interessado, passou a tomar notas sobre o que conversávamos. Disse-lhe em então o seguinte: o Brasil encontrava-se no momento numa encruzilhada de decisões sobre a matéria, que podiam assim ser resumi-

CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/4.

resumidas: o Brasil, cuja necessidade de urânio enriquecido se-  
ra relativamente modesta em 1980, se acharia diante de quatro ca-  
minhos: 1ª) ser importador de urânio enriquecido aos preços em  
condições então prevalecentes; 2ª) tentar importar máquinas de  
enriquecimento para abastecimento próprio; 3ª) procurar, desde  
já, em associação com outro país detentor de tecnologia já indus-  
trializada (o processo de difusão gasosa adotado pelos Estados  
Unidos) construir no Brasil usina para abastecimento do mercado  
mundial; 4ª) tentar, desde já, associar-se ao desenvolvimento  
de uma tecnologia ainda não testada industrialmente (ultra-cen-  
trífugas ou "nozzle process") também para abastecimento do merca-  
do mundial. É óbvio que as perspectivas mais atraentes são as  
de números 3 e 4. No caso da opção número 3 (construção no Bra-  
sil de uma usina de difusão gasosa) o parceiro mais provável se-  
ria a França, à qual poderíamos oferecer energia elétrica a pre-  
ços muito inferiores aos europeus e mesmo aos norte-americanos.  
Assim nossa quota de capital poderia ser a construção de uma usi-  
na hidroelétrica para êsse fim.

6. A associação ao desenvolvimento de uma tecnologia  
ainda não industrializada nos levaria à República Federal da Ale-  
manha como parceiro natural. Sabemos que o processo de ultracen-  
trifugação consome pouca energia, mas ainda assim podemos cons-  
tituir atrativo para a RFA, se conjugarmos a oferta de baixo cus-  
to energético com a eventual garantia de financiamento de urânio  
natural. Havia ainda a possibilidade de se considerar a associa-  
ção teuto-brasileira para o pleno desenvolvimento de um terceiro  
método de separação isotópica, o "nozzle process", processo êsse  
de alto consumo de energia elétrica, superior mesmo ao da difu-  
são gasosa. Sabe-se que o Brasil pode construir, para tal fim,

CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/5.

fim, no médio São Francisco, uma usina hidroelétrica com capacidade de um milhão de quilowatts, a preços extremamente interessantes. Em qualquer hipótese, lembrei-lhe, devia interessar à RFA a possibilidade de se expandir nesse campo num país amigo e disposto a uma útil colaboração, dada a impossibilidade em que ela se encontra, em virtude dos acordos de Paris, de 1954, de enriquecer urânio em seu próprio território. Acrescentei que, não somente no campo da energia nuclear, mas também no da pesquisa espacial, estávamos dispostos a receber propostas da RFA, considerando não poder ela dispor de condições adequadas para realizá-la em seu próprio território.

7. Ressalvei que minhas declarações eram feitas a título meramente exploratório e sem que implicassem compromisso de nossa parte; acrescentei, entretanto, merecerem elas séria consideração.

8. Terminada minha exposição, declarou-me o Ministro Scheel ter ficado profundamente impressionado com as perspectivas que pareciam abrir-se nesse campo para uma colaboração entre os dois países, e que, tão logo regressasse à Alemanha, conversaria a respeito com seus colegas dos Ministérios técnicos e dar-me-ia uma reação com a brevidade possível.

Passamos aos temas políticos:

#### Terrorismo

9. Disse eu do nosso desagrado com certos episódios ocorridos na RFA, que indicavam não dar esse país amigo a devida atenção à necessidade de coibir, dentro do possível, a campanha de infâmias, premeditadamente montada contra o Brasil. O mínimo que poderíamos esperar do Governo alemão era que êle proi-

CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/6.

proibisse a entrada de terroristas brasileiros em seu território, assim como evitasse convites, para visitarem a Alemanha, a personalidades brasileiras inequivocamente comprometidas com uma posição ideológica de combate ao regime democrático brasileiro, tal como D. Helder Câmara. Excusava-me recordar que alguns desses terroristas poderiam mesmo ter sido libertados e banidos em troca da vida do Embaixador von Holleben. Respondeu-me que seu Governo sofre limitações de ordem política e mesmo constitucional muito severas a esse respeito, embora reconhecesse a procedência do que lhe acabava de dizer, exceto num ponto, ou seja, o de que não haviam eles permitido a entrada na Alemanha de quaisquer terroristas brasileiros banidos em consequência do seqüestro do Embaixador von Holleben. Ao que retruquei que, se era possível ao Governo alemão impedir a entrada em seu território de alguns terroristas, bem poderia impedir a de todos. Senti nesse ponto o embaraço do meu interlocutor, o qual me prometeu levar o assunto, com empenho, à consideração do seu Governo.

#### Ostpolitik

10. Coube aqui ao Ministro Scheel fazer longa exposição sobre os entendimentos realizados com a União Soviética, a propósito da distensão das relações Leste-Oeste na Europa; e com a Polônia no que se refere aos problemas de fronteiras, esclarecendo não pretender seu Governo levantar a condição essencial para que os acordos sejam submetidos à retificação do Parlamento de Bonn, ou seja, o encontro de solução adequada para o problema de Berlin, sem o que não há condições políticas, segundo ele, para se concretizarem os entendimentos.

CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/7.

entendimentos.

Reconhecimento da República Democrática Alemã por países Latino-Americanos

11. Perguntei-lhe se a RFA havia modificado sua posição a respeito, de tal modo que já não se preocupava com o estabelecimento de relações diplomáticas com a Alemanha Oriental. Acrescentei estar pensando precisamente na recente decisão do Chile sobre o assunto. Respondeu-me que não, que essa preocupação permanece, pois que tal reconhecimento muito fortalece a posição da RDA nas delicadas negociações que se desenrolam no momento entre esta e a RFA. Apelava assim o seu Governo a todos os países com os quais mantém cordiais relações para que não prejudiquem essas negociações mediante um ato que significa, no fim das contas, apoio à Alemanha comunista. Tinha sido, portanto, grande a decepção do seu Governo com o Governo chileno; e a decisão deste, embora soberana e portanto inevitável, não poderia deixar de afetar a cooperação da RFA para com o Chile.

12. Ao finalizarem as conversações, passamos à Sala dos Tratados, a fim de ali assistirmos, em companhia dos Ministros de Estado das Minas e Energia e do Planejamento, a assinatura do Convênio Especial sobre Cooperação nos Campos da Pesquisa e do Desenvolvimento Técnico-Nucleares, assinatura essa efetuada pelo Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Diretor do Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich. Pouco antes, e em sala à parte, o Secretário-Geral do Itamaraty trocava notas reversais com o Embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, relativas à concessão de dois empréstimos: 1<sup>a</sup> - 13 milhões de marcos do Kreditanstalt für Wiederaufbau para o Banco



CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/8.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, destinado ao desenvolvimento da média e pequena empresas; 2ª - 34 milhões de marcos do Kreditanstalt für Wiederaufbau para a Companhia Vale do Rio Doce.

13. Em anexo, encontrará Vossa Excelência cópias dos documentos assinados.

**EXTERIORES**

SECRET-URGENT

Embassy in Bonn

AEO/430.1 (81a)(42)  
550.(81a)

I hereby inform Your Excellency of the main points of my conversation with Minister Walter Scheel during his recent visit to Brazil. At his request, our meeting, which lasted one hour and a half, did not have any witnesses. During our conversation, marked not only by a spirit of cordiality but of open frankness, we dealt with commercial, financial, technical-scientific and political issues, in the bilateral as well as in the multilateral fields.

#### Commercial issues

2. I said that while the volume of commercial exchange between the two countries was satisfactory, I believed that Brazil should expand its side and mainly diversify its exports toward Germany. In this connection we wished that the FRG would finance market research for the import in its territory of new Brazilian products, and that we had received for this task a proposal from the Plannungsgruppe Ritter company, that seemed trustworthy and effective. Minister Scheel replied that Federal Germany is very much interested in meeting our wish and suggested that financial support for this objective could be supplied under "technical cooperation," to which I signalled my agreement. We agreed that an understanding on this issue could be formalized later.

#### Relations with the European Economic Community'

3. I then expressed the interest of the Brazilian Government in receiving support from the FRG to the agreement that Brazil is about to propose to the EEC and that will bring about the intensification of mutual cooperation in the commercial, financial and technical fields. Minister Scheel declared that he received favorably this expression, in principle; consequently, he would instruct the German representative to the EEC, in Brussels, Professor Dehrendorf. Next I said that we had received with satisfaction the adoption by the EEC of the general preference system, but that we were worried by the possibility of its extension to Portugal, Spain, Israel, Turkey and Greece, a move favored by the FRG. Brazil considers the comparison unfair, for that effect, of those countries with developing ones, members of the Group of 77, since almost all of the former maintain special links with the EEC and moreover some of them could hardly be characterized as developing countries. My interlocutor did not seem willing to accept our position in this regard.

#### Financial assistance

On this question I expressed to Minister Scheel my concern with the position of his colleague in the Cabinet, the Minister of Economic Cooperation, Mr. Eppler, according to whom external financial assistance should be "politicized." He replied that he himself opposed such a trend, and could assure me that it was now completely outmoded. I mentioned then Brazil's aspiration for a larger participation in German financial assistance, reminding him of the insufficient part earmarked for Latin America, when Brazil alone contributes with about 400 million dollars to the German Treasury, through levies charged on our coffee. My German colleague replied that next to the European countries Brazil is a priority for German private investment, to which I retorted that I could not accept that argument since different factors influenced assistance to our development, despite the high importance of both. As for the levy on our coffee (Kaffeesteuer) he said that nothing prevents the expansion of the consumption of this product in his country. I proposed then a test by the abolishment of the levy during six months, to see whether consumption would rise or

not, to which he replied that it would not be possible.

#### Technical and scientific cooperation

5. I reiterated to Minister Scheel our interest in increasing progressively the relations between the two countries in this field and mentioned especially the agreement on nuclear cooperation that would be signed between the National Nuclear Energy Commission and the Center for Nuclear Research on Jülich. On this issue I said that we should think of the possibility of an ambitious understanding in regarding nuclear cooperation. From this moment on, Minister Scheel, obviously interested, started to take notes about what was said. I then said what follows: Brazil was at the moment at a crossroads of decisions on the issue, that could be summarized in the following way: Brazil, whose need for enriched uranium will be relatively modest in 1980 found itself facing four paths: 1) to be an importer of enriched uranium, at the then prevailing prices and conditions; (2) to try to import enrichment equipment for its own supply; (3) to try, starting from now, to build in Brazil a plant to supply the world market, in association with another country possessing technology already industrialized (the process of gaseous diffusion adopted by the United States); (4) to try, starting from now, to associate itself with the development of a technology not yet industrially tested (ultracentrifuges of "nozzle process") also for supplying the world market. In the case of option (3) (construction in Brazil of a gaseous diffusion plant) the most likely partner would be France, to which we could offer electric power at prices much below the European and even North-American rates.

6. The association with the development of a technology not yet industrially tested would lead us to Germany as our natural partner. We know that the ultracentrifuge process consumes little energy but even so Brazil would be attractive to the FRG by combining the offer of low energy cost with the eventual guarantee of financing [sic] of natural uranium. There would also be the possibility of considering a Brazilian-German association for the full development of a third method of isotopic separation - the "nozzle process." This process entails a high consumption of electric power, even higher than that of the gaseous diffusion method. It is known that Brazil can build for this end, in the middle course of the San Francisco river, a hydroelectric plant with a capacity for one million kilowatts, at an extremely interesting price. In any case, I reminded him that the possibility of its expansion in a friendly country willing to engage in useful collaboration should interest the FRG, since it was unable to enrich uranium in its own territory by virtue of the 1954 Paris agreements. I added that not only in the field of nuclear energy, but also in that of space research, we were willing to receive proposals from the FRG, considering that it does not enjoy the appropriate conditions to conduct such research in its own territory.

7. I made clear that my words had merely an exploratory character and did not imply any commitment from us, but added, however, that they deserved serious consideration.

8. As I ended my remarks, Minister Scheel declared he had been deeply impressed with the prospects that seemed to be open in this field for collaboration between the two countries, and that as soon as he returned to Germany he would discuss the issue with his colleagues from the technical Ministries and would communicate his reaction to me in the shortest possible delay.

We then turned to the political issues.

#### Terrorism

9. I conveyed to the Minister our displeasure with certain episodes that had happened in the FRG which indicated that this friendly country did not give due attention to the need to curb, within the possibilities, the premeditated campaign of shame against Brazil. The least we could expect from the German Government was that it would prohibit the entry of Brazilian terrorists into its territory, as well as avoid invitations for visits to Germany by Brazilian personalities unequivocally committed to an ideological position of fighting against the Brazilian democratic regime, such as D. Helder Câmara. I declined to comment that some of those terrorists could even have been freed and banished in exchange for the life of Ambassador von Holleben. He replied that his Government is under very severe political and even Constitutional limitations in this respect, despite recognizing the truth of what I had just said, except on one point, that is, that they had not permitted entry into the German territory of any Brazilian terrorist banished as a consequence of the kidnapping of Ambassador von Holleben. To this I retorted that if it were possible for the German Government to prevent entry of some terrorists, it could very well prevent that of all of them. At this point I felt that my interlocutor seemed embarrassed and promised to take the issue to the consideration of his Government, with interest.

#### Östpolitik

10. It was then up to Minister Scheel to explain at length the understanding with the Soviet Union about the détente in East-West relations in Europe, and with Poland regarding the question of boundaries. He clarified that his Government did not intend to lift the essential condition for the agreements to be taken to the consideration of the Parliament, that is, the achievement of an appropriate solution for the problem of Berlin, without which there would be no political conditions, in his view, for the understandings to be formalized.

#### Recognition of the German Democratic Republic by Latin American countries

11. I asked him whether the FRG had changed its position on this issue, so much that it was no longer concerned by the establishment of diplomatic relations with East Germany. He replied that this was not the case, that this concern remains, since such a recognition strengthens the position of the GDR in the delicate negotiations now underway between it and the FRG. His Government appealed therefore to all countries with which the FRG maintains cordial relations not to compromise those negotiations by any act that would mean, in the end, support to Communist Germany. His Government, therefore, had felt deeply disappointed by the decision of the Chilean Government; its decision, albeit sovereign and therefore inevitable, could not but affect the cooperation of the FRG with Chile.

12. After the conversation, we adjourned to the Hall of Treaties, to attend, accompanied by the Ministers of State of Mines and Energy and of Planning the signature of the Special Agreement on Cooperation in the Fields of Technical-Nuclear Research and Development by the President of the National Nuclear Energy Commission (CNEN) and the Director of the Jülich Nuclear Research Center. Just before, in another room, the Secretary-General of Itamaraty and the Ambassador of the Federal Republic of Germany in Brazil had exchanged Reversal Notes on the concession of two loans: 1) - 13 million marks from Kreditanstalt für Wiederaufbau to Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico for the development of small and medium companies and 2) - 34 million marks from Kreditanstalt für Wiederaufbau to Vale do Rio Doce Corporation.

13. Annexed are copies of the signed documents.  
(Signed) EXTERIORES